

Arbitragem

De modo a eleger a arbitragem como forma de resolução de conflitos, a CAMARBRA recomenda a inserção do seguinte modelo de cláusula compromissória:

Cláusula simples de Arbitragem

“Qualquer controvérsia originária do ou relacionada ao presente contrato, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvida por arbitragem, administrada pelo Centro de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Argentino Brasileira de São Paulo - CCMA-CAMARBRA -, de acordo com as normas do seu Regulamento e Estatuto, vigentes na data da apresentação do pedido de arbitragem. As partes definem que o procedimento contará com a atuação de _____ [1 ou 3] árbitro(s), nomeado(s) conforme o disposto no referido Regulamento. O idioma será _____. A sede da arbitragem será _____ [cidade, estado, país] sendo que a constituição, a validade e a interpretação da presente cláusula de resolução de conflitos, serão regidas de acordo com as leis substantivas da _____ [lei aplicável] vigentes na data de assinatura deste instrumento.”

Cláusula de Arbitragem detalhada

1- Qualquer controvérsia originária do ou relacionada ao presente contrato, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvida por arbitragem, administrada pelo Centro de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Argentino Brasileira de São Paulo (“CCMA-CAMARBRA”), de acordo com o seu Regulamento e Estatuto, vigentes na data da apresentação do pedido de arbitragem.

2.1- O tribunal arbitral será constituído por _____ [um/três] árbitros, indicados na forma prevista no Regulamento do CCMA-CAMARBRA.

2.2- A arbitragem terá sede em _____ [cidade, estado, país].

2.3- O procedimento arbitral será conduzido em _____ [idioma].

2.4- A constituição, a validade e a interpretação da presente cláusula de resolução de conflitos, serão regidas de acordo com as leis substantivas da [lei aplicável] vigentes na data de assinatura deste instrumento.

2.5- Durante o andamento da arbitragem, as partes arcarão com suas próprias despesas, custos e honorários de seus advogados, representantes e assistentes técnicos. Ao final da arbitragem, o tribunal arbitral determinará na sentença arbitral os critérios de reembolso de tais despesas, custos e honorários em favor da parte vencedora, sempre proporcionalmente ao seu êxito.

2.5.1- O tribunal arbitral [não] poderá arbitrar honorários sucumbenciais em favor da parte vencedora.

2.6- As partes concordam que a arbitragem deverá ser mantida em sigilo durante todo o seu curso, assim como após a sua conclusão, exceto se esta divulgação for necessária para o cumprimento de obrigações exigidas em lei.

2.7- O descumprimento de qualquer uma das obrigações aqui previstas, incluindo resistência quanto à instauração da arbitragem, assim como a quebra de seu sigilo, sujeitará a parte infratora a uma multa equivalente a 20% do valor total da sentença arbitral.

2.8- Antes da assinatura da ata de missão e compromisso arbitral, as partes poderão solicitar medidas de urgência ao árbitro de emergência, nos termos do Regulamento acima mencionado, ou à autoridade judicial, no intuito de assegurar o cumprimento das disposições contratuais e prevenir danos irreparáveis, conforme artigos 22-A e seguintes da Lei 9.307/96 e artigos 300 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015.

2.8.1- A solicitação feita à autoridade judicial por uma das partes, com vistas à obtenção destas medidas cautelares apropriadas não será considerada quebra ou dispensa da convenção de arbitragem, nem afetará a competência do painel arbitral, conforme determinado neste instrumento.

2.9- Para a hipótese de medidas cautelares, execução da sentença arbitral, assim como a execução direta de valores contratuais, as partes elegem exclusivamente o foro de [foro], renunciando a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. A execução da sentença arbitral também poderá ser requerida em foros fora do Brasil, que tenham jurisdição sobre patrimônio ou ativos pertencentes às partes.

2.10- As disposições constantes nesta cláusula são consideradas independentes e autônomas em relação ao contrato, de modo que todas as suas obrigações devem permanecer vigentes, ser respeitadas e cumpridas pelas partes, mesmo após o término do contrato, ou ainda que o contrato, no todo ou em parte, venha a ser considerado nulo ou anulado.